

CAO-JÚRI

Edição n. 02/2021

CUIABÁ, 05 de março de 2021.

SUMÁRIO

NOTÍCIAS – MP	4
MPF requer ao STF que revise decisão que manteve absolvição de réu em caso de tentativa de feminicídio	4
MPAP: Justiça atende pedido do MP e decide por prisão preventiva de homem que provocou a morte de duas pessoas em acidente de trânsito	4
MPSC: Pai e filho são condenados por homicídio motivado por dívida de R\$ 70	5
Feminicídio: MPPI obtém condenação de réu que matou companheira em Cocal	5
Promotor de MT integra banca de doutorado na área de Direito Penal	5
MPPR denuncia três policiais militares da Rotam por homicídio triplamente qualificado de um adolescente	6
MPAL: Promotoria de Justiça de Maravilha denuncia mãe que matou e arrancou olhos e língua da filha de 5 anos	6
MPGO denuncia homem que matou faxineira por espancamento em Aparecida de Goiânia	6
MPGO obtém pena de mais de 86 anos de reclusão para réu por dois homicídios e três tentados em Trindade	7
Denunciado pelo MPGO pela morte de opositor político é condenado a 20 anos de reclusão em Mara Rosa	7
MPMG: Homem é condenado a 20 anos de reclusão por assassinar a ex-namorada no município de Conceição de Ipanema	7
MPPR: Acusados de matar advogado e queimar seu corpo em Curitiba são condenados a penas de até 28 anos e seis meses de reclusão (a idade da vítima)	8
A pedido do MPRS, Tribunal do Júri condena homem a 13 anos e quatro meses de prisão por tentativa de homicídio contra ex-companheira	8
MPPR: Após abandono do plenário pela defesa, julgamento de homem denunciado por feminicídio ocorrido em 2018 em Guarapuava é cancelado	9
MPPR: Homem que matou ex-namorada e ateou fogo em carro com o corpo da vítima é condenado a 30 anos de reclusão pelo Tribunal do Júri de Pinhão	9
MPSC: Júri condena quatro irmãos pelo homicídio do cunhado em Navegantes	9
MPDFT obtém condenação por feminicídio no Recanto das Emas	10
MPPR: Caso Tatiane Spitzner: Defesa abandona plenário e é multada em 100 salários mínimos	10
MPRJ obtém decretação de prisão preventiva de denunciados pela morte de universitário	10
Após denúncia do MPRS, Tribunal do Júri condena homem a 23 anos de prisão por estupro e duas tentativas de homicídio	11
MPSC: Tribunal do Júri condena homem a 16 anos de reclusão e pagamento de indenização de R\$ 50 mil à vítima por tentativa de feminicídio	11
MPPR denuncia cinco pessoas em Matelândia por morte de agricultor ocorrida em propriedade rural da cidade	11
MPMS: Pai e filho são condenados a mais de 32 anos de prisão pelo crime de homicídio qualificado em Bela Vista	12
MPCE: Contribuição de promotores com ofícios na 2ª Vara do Júri de Fortaleza é reconhecida em ranking nacional do CNJ	12
MPPR: Programa traz questões sobre direitos de vítimas de crimes	13



MPMT
Ministério Público
do Estado de Mato Grosso

Centro de Apoio Operacional
do Júri

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.juri@mpmtl.mp.br

MPMT: Obra retrata pensamento do MP brasileiro sobre o Tribunal do Júri.....	13
PGR aciona STF para que Congresso elabore norma sobre assistência a herdeiros e dependentes de vítimas de crimes.....	13
Caso Milena Gotardi: MPES manifesta-se contra a suspensão do julgamento.....	14
MPMG denuncia e júri condena a 23 anos de prisão réu acusado de matar jovem de 20 anos em Varginha.....	14
MPPE: Promotores do 4º Tribunal do Júri da Capital vão participar de ação concentrada para priorizar os casos de feminicídio tentados ou consumados.....	14
MPRJ apresenta alegações finais e pede que Flordelis e mais oito réus sejam levados a júri popular....	16
NOTÍCIAS – TJ e outros.....	16
Especialistas apontam ser ilegal réu ser julgado de costas para o júri.....	16
Qualificadoras de feminicídio e motivo torpe são compatíveis, diz TJSP.....	16
TJCE: Tribunal cearense articula ações de combate à violência contra a mulher.....	17
Priorizar tese subsidiária justifica anulação de decisão do Júri, diz TJSP.....	17
TJ-Rio nega recurso, e acusados pela morte de Marielle Franco vão a júri.....	17
TJ atende a recurso do MPSC e determina prisão preventiva de motorista que teria matado motociclista ao dirigir embriagado em Rodeio.....	18
Juíza cita avanço da Covid, suspende júri e solta acusado de encomendar morte do pai.....	18
TJSP: Qualificadoras do feminicídio e do motivo torpe não são incompatíveis.....	18
TJSC: Acusado de matar pai e irmã em disputa por herança enfrentará júri.....	19
Ao STF, DPU defende suspeição de jurada que é prima de 2º grau da mulher da vítima.....	19
Justiça decreta prisão preventiva de acusados por morte de barbeiro no Imbuí.....	19
TJMG: Condenado homem que matou morador de rua a pedradas.....	20
TJSP: Tribunal confirma júri que condenou réu por afogamento de criança.....	20
TJRS: Adiado Júri de acusado de matar a mãe com golpes de barra de ferro em Viamão.....	21
TJPE entende que absolvição não foi contrária aos autos e mantém sentença.....	21
Chacina de Osasco: Réus são obrigados a usar roupa da prisão em júri.....	21
TJSP: Estado deve indenizar família de professora sequestrada e assassinada.....	22
Filhos têm direito à indenização pelo assassinato dos pais, decide TJRS.....	22
STJ.....	22
Comportamento pacífico da vítima não serve para agravar pena por homicídio.....	22
STJ: Sexta Turma revê entendimento e decide que é ilegal pronúncia baseada apenas no inquérito policial.....	23
STJ: Falta de confirmação de testemunhos em júízo leva Quinta Turma a despronunciar acusados de homicídio.....	23
Com pronúncia, defesa não pode alegar ilegalidade da prisão por excesso de prazo.....	23
STF.....	24
STF: 1ª Turma mantém condenação de réu por morte de vereadora em Aguiar (PB).....	24
STF: Ministro nega HC de advogado acusado de triplo homicídio em São Gonçalo.....	24
2ª Turma do STF restabelece absolvição de réus com base em quesito genérico.....	24
STF: Segunda Turma confirma decisão que permite progressão antecipada da pena em razão da pandemia.....	25
STF: Liminar impede uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio.....	25
CNMP: SUBMISSÃO DE ARTIGOS PARA LIVRO SOBRE O TRIBUNAL DO JÚRI.....	26
SENADO: Projeto estabelece participação de intérprete de Libras no Tribunal do Júri.....	26



ARTIGOS.....	27
DOCUMENTOS.....	27



NOTÍCIAS – MP

➤ [MPF requer ao STF que revise decisão que manteve absolvição de réu em caso de tentativa de feminicídio](#)

Publicação em 02/02/2021

“Ao se manter júris absolutórios como o aqui objeto deste HC, o que se chancela é que os agentes dos homicídios possam fazer justiça com as próprias mãos, movidos por sentimentos de ciúmes e de posse sobre as mulheres. Isso é flagrante ofensa à estrutura constitucional, pautada pelos fundamentos da cidadania e da dignidade da pessoa humana”. A ponderação do subprocurador-geral da República Juliano Baiocchi foi apresentada em embargos de declaração contra decisão da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) que manteve a absolvição de réu pelo Tribunal do Júri, em caso de tentativa de feminicídio por motivo de ciúmes. No recurso, o Ministério Público Federal (MPF) aponta omissões no julgamento do acórdão e defende a anulação do veredito, considerado manifestamente contrário às provas dos autos, e a realização de um novo julgamento. [Íntegra dos embargos de declaração no HC 178777/MG](#)

➤ [MPAP: Justiça atende pedido do MP e decide por prisão preventiva de homem que provocou a morte de duas pessoas em acidente de trânsito](#)

Publicação em 03/02/2021

O Ministério Público do Amapá (MP-AP) requereu ao Juízo de plantão da Audiência de Custódia da comarca de Macapá a prisão preventiva de Dawson da Rocha Ferreira, preso em flagrante no dia 16 de janeiro, sábado, no Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOSP). Ele causou uma colisão no trânsito, ocorrida na noite da sexta-feira (15), que resultou na morte de duas pessoas. Além disso, o MP-AP pediu a busca e apreensão do telefone celular usado pelo acusado na noite do fato, para a extração de dados do aparelho. O Nº do processo é 0001397-04.2021.8.03.0001.



➤ [**MPSC: Pai e filho são condenados por homicídio motivado por dívida de R\\$ 70**](#)

Publicação em 05/02/2021

Dois homens, pai e filho, denunciados pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), foram condenados pelo homicídio de Rafael de Oliveira Macedo, ocorrido em abril de 2020, em Rodeio. O crime foi motivado por uma dívida de R\$ 70,00 e presenciado pela esposa da vítima, grávida de seis meses.

➤ [**Feminicídio: MPPI obtém condenação de réu que matou companheira em Cocal**](#)

Publicação em 05/02/2021

A promotoria de Justiça de Cocal, através de seu titular, promotor de Justiça Túlio Ciarlini, conseguiu a condenação de Francisco Antônio Pereira dos Santos pelo crime de homicídio qualificado, por feminicídio. No dia 15 de fevereiro de 2019, por volta das 16h, em uma casa abandonada no bairro São Francisco, em Cocal, a vítima foi atingida com golpes que produziram graves lesões resultantes de sua morte. O réu foi condenado a cumprir dezenove anos e seis meses de reclusão em regime fechado.

➤ [**Promotor de MT integra banca de doutorado na área de Direito Penal**](#)

Publicação em 05/02/2021

O promotor de Justiça Antônio Sérgio Cordeiro Piedade, do Núcleo de Defesa da Vida do Ministério Público de Mato Grosso, participou da banca de defesa pública de tese de doutorado apresentada pelo promotor de Justiça de São Paulo Márcio Augusto Friggi de Carvalho, junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Com o tema "Colaboração premiada aplicada ao procedimento do Tribunal do Júri", a tese foi defendida virtualmente na terça-feira (02).



➤ [MPPR denuncia três policiais militares da Rotam por homicídio triplamente qualificado de um adolescente](#)

Publicação em 05/02/2021

O Ministério Público do Paraná, por meio da Promotoria de Justiça de Santa Isabel do Ivaí, no Noroeste do estado, ofereceu denúncia contra três policiais militares da Rotam (Ronda Ostensiva Tática Metropolitana) que teriam matado um adolescente em 8 de novembro de 2020. A denúncia é por homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, meio cruel e recurso que impossibilitou a defesa da vítima).

➤ [MPAL: Promotoria de Justiça de Maravilha denuncia mãe que matou e arrancou olhos e língua da filha de 5 anos](#)

Publicação em 09/02/2021

Homicídio duplamente qualificado, por motivo cruel e que impossibilitou a defesa da vítima. Essa foi a acusação feita pelo MPAL contra Josimare Gomes da Silva que, no dia 24 de janeiro deste ano, assassinou a própria filha – a criança também teve olhos e língua arrancados – a pequena Brenda Carollyne da Silva, de apenas cinco anos de idade. O crime ocorreu no município de Maravilha, sertão alagoano.

➤ [MPGO denuncia homem que matou faxineira por espancamento em Aparecida de Goiânia](#)

Publicação em 09/02/2021

O Ministério Público de Goiás (MP-GO), por intermédio da 19ª Promotoria de Justiça de Aparecida de Goiânia, denunciou Renato Feliciano da Silva, pelo homicídio de Denise Alves Fernandes. De acordo com o promotor de Justiça Milton Marcolino dos Santos Júnior, o crime foi cometido por motivo torpe, com emprego de meio cruel, utilizando de recurso que impossibilitou a defesa da vítima e por razões da condição de sexo feminino.



➤ [**MPGO obtém pena de mais de 86 anos de reclusão para réu por dois homicídios e três tentados em Trindade**](#)

Publicação em 09/02/2021

Em sessão da 1ª Vara Criminal, de Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri e Execução Penal de Trindade, que teve atuação do promotor de Justiça Paulo de Tharso Brondi, como representante do MPGO, o juiz André Reis Lacerda condenou Raphael Valério Laureano a 86 anos e 8 meses de reclusão, por dois homicídios duplamente qualificados e três homicídios tentados, ocorridos em 29 de dezembro de 2012, naquela cidade. O réu encontra-se preso, cumprindo pena por outros homicídios. A denúncia foi oferecida em 2013 pelo promotor de Justiça Eudes Leonardo Bomtempo contra Raphael Valério, Romerson Jorge da Silva, Carlos Adriano de Souza Costa.

➤ [**Denunciado pelo MPGO pela morte de opositor político é condenado a 20 anos de reclusão em Mara Rosa**](#)

Publicação em 09/02/2021

Acolhendo tese do MPGO, o Tribunal do Júri da comarca de Mara Rosa condenou Waldivino José de Almeida a 20 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado. Na sentença, foi mantida a prisão preventiva do acusado durante a fase recursal. O crime reconhecido pelos jurados foi de homicídio duplamente qualificado, com agravantes, praticado contra o ex-prefeito de Estrela do Norte Geraldo Nicolau Filho, em 2015.

➤ [**MPMG: Homem é condenado a 20 anos de reclusão por assassinar a ex-namorada no município de Conceição de Ipanema**](#)

Publicação em 11/02/2021

Um homem de 24 anos foi condenado a 20 anos de reclusão por ter matado a ex-namorada. O crime ocorreu na madrugada do dia 12 de janeiro de 2020, na casa da vítima, na zona rural do município de Conceição de Ipanema, no leste do estado. De



acordo com o inquérito policial, na noite do crime, ao chegar em casa, retornando de uma festa, a vítima deparou-se com o ex-namorado que, após uma discussão, deu cinco golpes com uma barra de metal na região da cabeça da vítima e fugiu do local.

➤ [MPPR: Acusados de matar advogado e queimar seu corpo em Curitiba são condenados a penas de até 28 anos e seis meses de reclusão \(a idade da vítima\)](#)

Publicação em 11/02/2021

Quatro homens denunciados pelo MPPR por envolvimento no homicídio de um advogado ocorrido em novembro de 2017, em Curitiba, foram condenados pelo Tribunal do Júri da Região Metropolitana da Capital nesta quarta-feira, 10 de fevereiro. Dois réus foram condenados por homicídio qualificado, associação criminosa armada e destruição de cadáver, recebendo penas de 28 anos e 6 meses de reclusão, além de 112 dias-multa, e de 24 anos, 10 meses e 15 dias de reclusão, bem como 96 dias-multa. A condenação do terceiro envolvido foi por homicídio qualificado e associação criminosa armada, com pena de 23 anos, 4 meses e 15 dias de reclusão, e o último denunciado recebeu pena de 1 ano, 2 meses e 12 dias de reclusão por associação criminosa armada.

➤ [A pedido do MPRS, Tribunal do Júri condena homem a 13 anos e quatro meses de prisão por tentativa de homicídio contra ex-companheira](#)

Publicação em 11/02/2021

Acolhendo pedido do Ministério Público, o Tribunal do Júri de Jaguarão condenou, na segunda-feira, dia 8 de fevereiro, um homem de 60 anos a 13 anos e quatro meses de prisão por tentativa de homicídio quadruplamente qualificado cometido contra a ex-companheira. As qualificadoras são motivo torpe, emprego de meio cruel, recurso que dificultou a defesa da vítima e feminicídio. A denúncia foi oferecida pela promotora de Justiça Lara Guimarães Trein e a atuação diante do Tribunal do Júri ficou a cargo da promotora de Justiça Priscilla Ramineli Leite Pereira.



➤ [**MPPR: Após abandono do plenário pela defesa, julgamento de homem denunciado por feminicídio ocorrido em 2018 em Guarapuava é cancelado**](#)

Publicação em 11/02/2021

Após a defesa do acusado de feminicídio ter abandonado a sessão do Tribunal do Júri, o julgamento foi cancelado pelo Juízo da Vara do Tribunal do Júri. Nova data será posteriormente marcada. O julgamento tratava do caso de violência doméstica ocorrido em 2018 e que ganhou repercussão nacional. A justificativa apresentada pela defesa para abandonar a sessão foi a impossibilidade de exibição de conteúdo em vídeo. Considerado pelo juiz como "abandono injustificado", o fato levou a aplicação de multa de 100 salários mínimos aos advogados de defesa.

➤ [**MPPR: Homem que matou ex-namorada e ateou fogo em carro com o corpo da vítima é condenado a 30 anos de reclusão pelo Tribunal do Júri de Pinhão**](#)

Publicação em 11/02/2021

O Tribunal do Júri de Pinhão, no Centro-Sul do estado, condenou a 30 anos, 5 meses e 27 dias de reclusão em regime fechado um homem que matou, por asfixia, a ex-namorada, por não aceitar o fim do relacionamento, e em seguida ateou fogo no carro em que estava o corpo da vítima. O crime ocorreu em 5 de julho de 2019. Ele foi condenado por homicídio qualificado (feminicídio, meio cruel e motivo torpe), ocultação e destruição de cadáver e incêndio.

➤ [**MPSC: Júri condena quatro irmãos pelo homicídio do cunhado em Navegantes**](#)

Publicação em 12/02/2021

Em um julgamento que durou quase 20 horas e só terminou na madrugada de quarta-feira (10/2), o Tribunal do Júri da Comarca de Navegantes condenou quatro irmãos pelo homicídio do cunhado a facadas e com um golpe de pedra. Os réus foram sentenciados a penas de reclusão que variam de 18 anos e oito meses até 21 anos e quatro meses, em



regime inicial fechado. O Ministério Público não vai recorrer da decisão por entender que as penas estão adequadas. Os condenados já estão presos.

➤ [**MPDFT obtém condenação por feminicídio no Recanto das Emas**](#)

Publicação em 12/02/2021

A Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri do Recanto das Emas obteve, nesta quinta-feira, 11 de fevereiro, a condenação de Alexon Bezerra Rocha a 23 de anos e 3 meses de reclusão em regime fechado pelo homicídio de Alerte Campos de Oliveira Araújo. O crime ocorreu na madrugada do dia 5 de novembro de 2018. Os jurados acataram a tese apresentada pelo MPDFT e consideraram o réu culpado por feminicídio e a utilização de recurso que dificultou a defesa da vítima. O juiz determinou o cumprimento imediato da pena e negou ao réu o direito de recorrer em liberdade.

➤ [**MPPR: Caso Tatiane Spitzner: Defesa abandona plenário e é multada em 100 salários mínimos**](#)

Publicação em 15/02/2021

Advogados dizem que tiveram trabalho cerceado. Juiz classificou atitude como afronta à Justiça e impôs multa de 100 salários mínimos. Vítima foi encontrada morta após queda do 4º andar do apartamento em que morava com o réu, em 2018.

➤ [**MPRJ obtém decretação de prisão preventiva de denunciados pela morte de universitário**](#)

Publicação em 15/02/2021

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Especializada dos Núcleos Duque de Caxias e Nova Iguaçu, obteve, na Justiça, a decretação da prisão preventiva de quatro acusados pela morte do estudante universitário Marcos Winicius Tome Coelho de Lima, sequestrado no bairro da Urca, no dia 8 de outubro de 2020, tendo seu corpo sido encontrado em Nova Iguaçu. A



denúncia foi recebida nesta sexta-feira (12/02) pelo Juízo da 4ª Vara Criminal de Nova Iguaçu. O crime foi cometido por motivo torpe – vingança – pelo fato de o estudante ter participado de negociação para compra de carga de drogas pertencente aos denunciados.

➤ [Após denúncia do MPRS, Tribunal do Júri condena homem a 23 anos de prisão por estupro e duas tentativas de homicídio](#)

Publicação em 16/02/2021

Após denúncia do Ministério Público, o Tribunal do Júri de Alvorada condenou, nesta quinta-feira, 11 de fevereiro, um homem a 23 anos de prisão por estupro e duas tentativas de homicídio duplamente qualificadas cometidas contra uma jovem de 17 anos à época e sua mãe. As qualificadoras são recurso que dificultou a defesa das vítimas e execução para ocultação de outro crime. A atuação em plenário ficou a cargo da promotora de Justiça Tássia Bergmeyer da Silveira. O julgamento se estendeu por 14h.

➤ [MPSC: Tribunal do Júri condena homem a 16 anos de reclusão e pagamento de indenização de R\\$ 50 mil à vítima por tentativa de feminicídio](#)

Publicação em 18/02/2021

O Tribunal do Júri da Comarca de São Miguel do Oeste condenou Ademir Andrighi Moraes a 16 anos de reclusão por tentativa de feminicídio contra a companheira dele. Moraes deverá pagar uma indenização por danos morais à vítima no valor de R\$ 50 mil.

➤ [MPPR denuncia cinco pessoas em Matelândia por morte de agricultor ocorrida em propriedade rural da cidade](#)

Publicação em 19/02/2021

Em Matelândia, no Oeste do estado, o Ministério Público do Paraná, a partir da Promotoria de Justiça da comarca, denunciou cinco pessoas por homicídio duplamente qualificado e outros crimes pela morte de um agricultor em outubro do ano passado, em um sítio na Vila



Esmeralda, zona rural do município. Entre os réus estão a ex-mulher, um filho e a nora da vítima.

➤ [**MPMS: Pai e filho são condenados a mais de 32 anos de prisão pelo crime de homicídio qualificado em Bela Vista**](#)

Publicação em 25/02/2021

Na última sexta-feira (19/2), o Tribunal do Júri da comarca de Bela Vista (MS) condenou pai e filho a 32 anos e três meses de prisão, em regime inicial fechado, pela prática do crime de homicídio qualificado contra a vítima J. A. L. N., de 73 anos.

Na denúncia oferecida pelo MPMS, por meio do Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado, foi pedida a condenação dos réus pela prática do crime de homicídio qualificado por motivo torpe e recurso que dificultou a defesa da vítima. De acordo com a ação penal movida pelo MPMS, no dia 25 de outubro de 2018, os denunciados W. A. P. e R. A. P. foram até a fazenda da vítima com a falsa pretensão de comprar cavalos. Após a preparação dos animais, a vítima levou os acusados até o mangueiro para verem os cavalos, minutos depois, R. A. P. sacou um revólver e efetuou três disparos contra ela. Em seguida, os réus fugiram do local em uma motocicleta. A investigação apontou que os acusados foram contratados como matadores de aluguel.

➤ [**MPCE: Contribuição de promotores com ofícios na 2ª Vara do Júri de Fortaleza é reconhecida em ranking nacional do CNJ**](#)

Publicação em 26/02/2021

A contribuição dos promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), Alice Iracema e Ricardo Machado, que atuam na 2ª Vara do Júri de Fortaleza, foi reconhecida nacionalmente em levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De acordo com o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ, a Unidade Judiciária do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) obteve a 3ª colocação geral entre todas as varas no



país com competência exclusiva do júri. Os dados consideram as unidades com menor taxa de congestionamento em 2020, ano considerado atípico por conta da pandemia.

➤ [**MPPR: Programa traz questões sobre direitos de vítimas de crimes**](#)

Publicação em 26/02/2021

O MP Responde atende nesta edição perguntas relacionadas a direitos das pessoas que são vítimas de crimes. Quem esclarece as dúvidas é o promotor de Justiça Guilherme Carneiro, do Ministério Público do Paraná. Confira!

➤ [**MPMT: Obra retrata pensamento do MP brasileiro sobre o Tribunal do Júri**](#)

Publicação em 01/03/2021

Quatro promotores de Justiça de Mato Grosso possuem artigos publicados na obra recém-lançada “Tribunal do Júri: O Ministério Público em defesa da Justiça”, que traz artigos de mais de 40 autores. O livro, que está em sua segunda edição, busca analisar o trabalho desenvolvido pelo Tribunal Popular do Júri à luz da complexidade das relações contemporâneas da sociedade brasileira, considerando que o Código de Processo Penal, que regula o tribunal, é datado de 1941.

➤ [**PGR aciona STF para que Congresso elabore norma sobre assistência a herdeiros e dependentes de vítimas de crimes**](#)

Publicação em 01/03/2021

A Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, estabeleceu no artigo 245 o dever do Estado de minimizar os efeitos causados por crimes dolosos aos herdeiros e dependentes das vítimas em situação de vulnerabilidade. No entanto, decorridos mais de 30 anos, essa lacuna legislativa ainda não foi preenchida, caracterizando o estado de mora inconstitucional. Por esse motivo, o procurador-geral da República, Augusto Aras, propôs, nesta sexta-feira (26), ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) para que o STF determine ao Congresso Nacional que elabore a norma.



Augusto Aras destaca que a omissão inconstitucional da falta de norma regulamentadora do artigo 245 da Constituição "torna inviável aos herdeiros e pessoas carentes dependentes de vítimas de crimes dolosos o exercício do direito constitucional à assistência social, conspurcando a sobrevivência, o mínimo existencial, a dignidade humana e a proteção da família". Segundo ele, a tramitação de projetos de lei sobre o tema (PL 518/2013 e PL 3.503/2004) não afasta a mora legislativa.

[Íntegra da inicial da ADO 19](#)

➤ [Caso Milena Gotardi: MPES manifesta-se contra a suspensão do julgamento](#)

Publicação em 01/03/2021

O MPES entende que se trata de mais uma manobra utilizada pela defesa para tentar protelar e adiar o julgamento, não existindo qualquer fato que se apresente consistente nas alegações para o desaforamento do júri do Caso Milena Gottardi.

➤ [MPMG denuncia e júri condena a 23 anos de prisão réu acusado de matar jovem de 20 anos em Varginha](#)

Publicação em 03/03/2021

Por causa de uma dívida de droga, a vítima foi atraída para a zona rural da cidade, onde morreu, de forma violenta, numa emboscada. Denúncia oferecida pelo MPMG, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Varginha, resultou na condenação de WJA a 23 anos de prisão por homicídio triplamente qualificado da jovem GAC, ocorrido na noite de 11 de outubro de 2015, num cafezal da Fazenda Santa Rita, na zona rural da cidade.

➤ [MPPE: Promotores do 4º Tribunal do Júri da Capital vão participar de ação concentrada para priorizar os casos de feminicídio tentados ou consumados](#)

Publicação em 03/03/2021



Neste mês de março, os promotores de Justiça do Júri da Capital, Rosemary Souto Maior e José Edivaldo da Silva, atuando no 4º Tribunal do Júri da Capital, Fórum Tomaz de Aquino, vão participar de uma ação concentrada, iniciando nesta segunda-feira (1º de março), e dando continuidade nos dias 10 e 15 deste mês da mulher, atuando de forma a priorizar os casos de feminicídios tentados ou consumados. Este é o quarto ano de realização de ação concentrada nos casos de feminicídios.

A ação concentrada começa com a audiência de instrução, com a leitura dos fatos narrados na denúncia para todas as testemunhas e vítima (se se tratar de tentativa) e, em seguida, o interrogatório. Após a conclusão das partes: o MP e o Advogado constituído ou Defensor Público ou Dativo oferece de maneira oral, com gravação. Em seguida, o juiz profere a sentença pronunciando ou impronunciando o réu.

Se pronunciado, o Juiz pergunta se as partes querem recorrer. Se não, aplica-se o artigo 422 do Código Processo Penal (CPP), fase que as partes pedem a juntada de documentos ou ouvida de vítima ou testemunhas por ocasião do Júri. Em seguida, o juiz faz a chamada dos jurados presentes. Tendo no mínimo 15 jurados, o Juiz Presidente sorteia sete jurados, podendo cada parte recusar três. A próxima fase é o início do julgamento.

“(...) Com o conjunto probatório presente nos autos, não há necessidade de esperar meses para o Júri ser realizado. Nos de feminicídios consumados e tentados tudo será feito com maior agilização neste mês. Sempre ponderando nos casos de não ter recurso, porque se tiver recurso vai para o TJPE julgar a pronuncia”, explica a promotora do Júri da Capital.

“A necessidade de priorizar a vítima no Brasil, haja vista que o réu é quem tem maior visibilidade. E quando se refere à mulher, uma vítima mais vulnerável nos que protagonizados os direitos da vítima, devemos pensar em um protocolo mínimo para fazer valer esses direitos. Cumprir o CPP e as Resoluções do CNMP e CNJ que recomendam maior agilização nesses processos. Como bem dizia Roberto Lyra “a vítima é nossa”.



Portanto é imprescindível a mudança de paradigmas e a busca de novas metodologias para garantir a proteção das vítimas criminais, principalmente as mais vulneráveis, tais como; mulheres, crianças, idosos, pessoas com necessidades especiais. Sei que toda mudança impõe um maior esforço, mas é imprescindível pensar e agir em favor da vítima efetivamente”, pontuou Rosemary Souto Maior.

➤ [MPRJ apresenta alegações finais e pede que Flordelis e mais oito réus sejam levados a júri popular](#)

Publicação em 05/03/2021

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Promotoria de Justiça junto à 3ª Vara Criminal da Comarca de Niterói - Tribunal do Júri, manifestou-se em alegações finais no processo relativo à denúncia contra a deputada federal Flordelis dos Santos Souza e outros dez réus acusados pelo homicídio de Anderson do Carmo, ex-marido da deputada.

NOTÍCIAS – TJ e outros

➤ [Especialistas apontam ser ilegal réu ser julgado de costas para o júri](#)

Publicação em 02/02/2021

Um julgamento de 2015, quando um réu foi julgado de costas para o júri em Caruaru (PE), tem provocado espanto entre criminalistas, sobretudo pelo fato de não ser prática isolada. Em certidão obtida pela advogada do caso, Liara da Cruz Santos, o chefe de secretaria da comarca confirma a prática.

➤ [Qualificadoras de feminicídio e motivo torpe são compatíveis, diz TJSP](#)

Publicação em 03/02/2021

Uma vez que a qualificadora do feminicídio tem natureza objetiva e a do motivo torpe é subjetiva, elas não são incompatíveis entre si e podem ser aplicadas simultaneamente.



Com esse fundamento, a 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo negou recurso proposto por homem condenado pelo crime de feminicídio contra a companheira e manteve a pena fixada pela 2ª Vara do Júri da Capital: 22 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado. O réu, que tinha dois filhos com a vítima, a asfixiou na frente das crianças após uma discussão.

➤ [**TJCE: Tribunal cearense articula ações de combate à violência contra a mulher**](#)

Publicação em 03/02/2021

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) mantém os esforços de combate à violência doméstica e já está em preparativos para o Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março. A instituição vai desenvolver cartilhas pedagógicas que informem, em linguagem mais simples, os procedimentos a serem seguidos pelas vítimas após a concessão de medidas protetivas de urgências, previstas na Lei Maria da Penha.

➤ [**Priorizar tese subsidiária justifica anulação de decisão do Júri, diz TJSP**](#)

Publicação em 03/02/2021

Quando a defesa apresenta simultaneamente uma tese absolutória e outra de desclassificação, é preciso privilegiar a primeira, uma vez que ela é mais benéfica ao réu. O entendimento é da 7ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que anulou um julgamento feito pelo Tribunal do Júri. A determinação da corte tem como base o artigo 483 do Código de Processo Penal, que define qual a ordem de formulação dos quesitos. Segundo o dispositivo, deve ser questionada primeiro a materialidade do fato; a autoria ou participação; se o acusado deve ser absolvido; e se existe causa de diminuição da pena; ficando a desclassificação para momento posterior.

➤ [**TJ-Rio nega recurso, e acusados pela morte de Marielle Franco vão a júri**](#)

Publicação em 10/02/2021



Por entender que a decisão de pronúncia trouxe elementos suficientes da autoria de crime doloso contra a vida, a 1ª Câmara Criminal do TJRJ negou recurso do sargento reformado da Polícia Militar Ronnie Lessa e do ex-PM Élcio Vieira de Queiroz, acusados pela morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, mantendo a sentença dos réus. Com isso, os dois serão julgados pelo tribunal do júri.

➤ [TJ atende a recurso do MPSC e determina prisão preventiva de motorista que teria matado motociclista ao dirigir embriagado em Rodeio](#)

Publicação em 11/02/2021

Homem, denunciado por homicídio qualificado e tentativa de fuga do local do acidente, estava em liberdade desde a homologação do flagrante, em setembro do ano passado. Na época, o Ministério Público recorreu e voltou a pedir a prisão preventiva, cujo mandado foi cumprido hoje (10/2).

➤ [Juíza cita avanço da Covid, suspende júri e solta acusado de encomendar morte do pai](#)

Publicação em 15/02/2021

A juíza Thatiana dos Santos decidiu colocar em liberdade o jovem de 20 anos acusado de encomendar o assassinato do pai, Adijalmo Alves da Silva, 58 anos, atingido por facadas, enquanto dormia, na própria residência, no bairro Vila Esperança, em Marcelândia (165 quilômetros de Sinop), em dezembro de 2018.

➤ [TJSP: Qualificadoras do feminicídio e do motivo torpe não são incompatíveis](#)

Publicação em 15/02/2021

A 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo negou recurso proposto por homem condenado pelo crime de feminicídio contra a companheira e manteve a pena fixada pela 2ª Vara do Júri da Capital: 22 anos e 4 meses de reclusão,



em regime inicial fechado. O réu, que tinha dois filhos com a vítima, a asfixiou na frente das crianças após uma discussão.

➤ [**TJSC: Acusado de matar pai e irmã em disputa por herança enfrentará júri**](#)

Publicação em 15/02/2021

O Tribunal do Júri da comarca de São Bento do Sul abre a agenda deste ano no próximo dia 26 de fevereiro, com o julgamento de um réu acusado por um duplo homicídio, ocorrido em setembro de 2018, no bairro Brasília. Esta primeira sessão inicia às 9 horas, no salão do júri do fórum, e será presidida pela juíza Giovana Maria Caron Bosio Machado. Os trabalhos vão ocorrer de forma semipresencial. Em razão do estado de pandemia, magistrada, promotor de justiça, réu e advogados participarão por videoconferência. No local, apenas os jurados e servidores da 3ª Vara, todos com respeito as regras de distanciamento social e as precauções para evitar a disseminação do novo Coronavírus.

➤ [**Ao STF, DPU defende suspeição de jurada que é prima de 2º grau da mulher da vítima**](#)

Publicação em 19/02/2021

No Rio Grande do Sul, um réu por tentativa de homicídio vai julgamento no Tribunal do Júri por ter jogado seu carro contra uma viatura da polícia rodoviária federal, para escapar de um flagrante por tráfico. Durante a sessão, uma das juradas se levanta e comunica que é prima de segundo grau da esposa da vítima, que está escalada como testemunha no caso.

➤ [**Justiça decreta prisão preventiva de acusados por morte de barbeiro no Imbuí**](#)

Publicação em 23/02/2021

A Justiça decretou hoje, dia 23, a pedido do Ministério Público estadual, a prisão preventiva de José Geraldo Lucas Júnior e de Jeã Silva dos Santos, acusados de homicídio



qualificado pela morte do barbeiro Lucas Souza Araújo no último dia 24 de janeiro, no bairro do Imbuí. Na denúncia oferecida ontem, dia 22, e acatada pela Justiça, a promotora de Justiça Ana Rita Cerqueira Nascimento aponta que o crime foi cometido por motivo torpe e sem possibilitar a defesa da vítima, pois os denunciados teriam agido por vingança motivada por desentendimento ocorrido minutos antes e agiram em posse de armas, enquanto a vítima estava desarmada.

➤ **[TJMG: Condenado homem que matou morador de rua a pedradas](#)**

Publicação em 24/02/2021

Foi condenado a 14 anos de prisão, em regime fechado, o homem que matou, a pedradas, um morador em situação de rua que dormia debaixo de um viaduto no bairro Santa Tereza, na capital. O crime ocorreu em janeiro de 2020. O julgamento foi realizado nesta terça-feira (9/2), no 2º Tribunal do Júri em Belo Horizonte, e foi presidido pelo juiz Ricardo Sávio de Oliveira. O condenado vai continuar preso, e a sentença, por ser de 1ª instância, é passível de recurso.

➤ **[TJSP: Tribunal confirma júri que condenou réu por afogamento de criança](#)**

Publicação em 25/02/2021

A 6ª Câmara de Direito Criminal do TJSP manteve júri que condenou réu por homicídio qualificado cometido contra menina de nove anos. A pena foi mantida em 30 anos de reclusão, em regime inicial fechado. Consta nos autos que o homem era amigo da família da vítima, moradores de São Vicente. Tendo a confiança da menina, ele a atraiu com a promessa de uma pescaria. Quando estavam no mar, o réu amarrou a criança e a atirou na água. Anos depois ele foi preso por assassinar outras crianças de maneira semelhante, o que possibilitou que ele fosse ligado ao caso da menina de nove anos. De acordo com a polícia, o réu confessou a prática do homicídio, bem como de mais sete crianças.



➤ [**TJRS: Adiado Júri de acusado de matar a mãe com golpes de barra de ferro em Viamão**](#)

Publicação em 25/02/2021

A Comarca de Viamão está sob a vigência da bandeira preta, na classificação de risco para contágio da Covid-19 e, em razão disso, foi adiada a sessão do Tribunal do Júri que estava marcada para ocorrer nesta terça-feira, 23/2, às 9h. O réu é acusado de matar a mãe, no dia 5/8/2017, com golpes de barra de ferro na cabeça. A sessão será remarcada em data próxima, assim que a Comarca sair da bandeira preta.

➤ [**TJPE entende que absolvição não foi contrária aos autos e mantém sentença**](#)

Publicação em 26/02/2021

Não pode ser considerada como manifestamente contrária aos autos a decisão do Conselho de Sentença que acolhe uma das teses apresentadas pelas partes ou uma das correntes de interpretação das provas. Dessa forma, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco negou pedido para novo julgamento de um réu que fora absolvido da acusação de tentativa de homicídio.

➤ [**Chacina de Osasco: Réus são obrigados a usar roupa da prisão em júri**](#)

Publicação em 26/02/2021

O ex-PM Victor Cristilder dos Santos e o guarda municipal Sérgio Manhã, acusados de envolvimento na chacina de Osasco em 2015, participaram de um novo julgamento e foram impedidos de usar as roupas levadas pela família, sendo obrigados a usar o uniforme de presidiários. Segundo reportagem divulgada pela Folha de S.Paulo, essa decisão, da juíza Élia Kinoshita, abre brecha para uma nova anulação do júri.



➤ [**TJSP: Estado deve indenizar família de professora sequestrada e assassinada**](#)

Publicação em 01/03/2021

O Estado é responsável pela segurança de todos que frequentam a escola — alunos, professores e funcionários. O entendimento é da 12ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo ao condenar o Estado de São Paulo a indenizar, por danos morais, os pais e o marido de uma professora de escola pública de Jacareí que foi sequestrada quando chegava à instituição e assassinada horas depois.

➤ [**Filhos têm direito à indenização pelo assassinato dos pais, decide TJRS**](#)

Publicação em 02/03/2021

A 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – TJRS confirmou o direito à indenização de dois irmãos a ser paga pelo mandante da chacina que resultou no assassinato dos pais deles na Fazenda Santo Augusto, em Soledade. O recurso do réu que contestava os ressarcimentos foi negado por unanimidade.

STJ

➤ [**Comportamento pacífico da vítima não serve para agravar pena por homicídio**](#)

Publicação em 03/02/2021

O comportamento da vítima é circunstância judicial que deve ser necessariamente neutra ou favorável ao réu. Não é possível usar o fato de a pessoa assassinada ter se portado de forma passiva para aumentar a pena do réu condenado por homicídio. Com esse entendimento, a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça concedeu Habeas Corpus de ofício para redimensionar a punição de um homem condenado por matar o companheiro de sua ex-cônjuge.



➤ [STJ: Sexta Turma revê entendimento e decide que é ilegal pronúncia baseada apenas no inquérito policial](#)

Publicação em 25/02/2021

Aplicando a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de que é ilegal a sentença de pronúncia baseada exclusivamente em informações coletadas na fase extrajudicial, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, reposicionou seu entendimento e concedeu habeas corpus em favor de réu que havia sido mandado a júri popular tão somente em razão de provas produzidas durante o inquérito policial. Além de despronunciar o réu, o colegiado revogou sua prisão preventiva.

➤ [STJ: Falta de confirmação de testemunhos em júzo leva Quinta Turma a despronunciar acusados de homicídio](#)

Publicação em 04/03/2021

Em razão da ausência de confirmação, na fase judicial, dos depoimentos testemunhais prestados durante o inquérito policial, a Quinta Turma do STJ concedeu habeas corpus para despronunciar três réus acusados de homicídio. Na despronúncia, é revertida a decisão judicial que havia reconhecido os indícios de autoria de crime doloso contra a vida e mandado o réu ao tribunal do júri. O ato é diferente da impronúncia, quando a denúncia é julgada improcedente. Para o colegiado, caso fosse mantida, a pronúncia dos acusados significaria admitir que a prova produzida no inquérito é suficiente para submeter um réu ao tribunal do júri – sem a necessidade de confirmar nenhum elemento de prova na fase judicial do processo.

➤ [Com pronúncia, defesa não pode alegar ilegalidade da prisão por excesso de prazo](#)

Publicação em 05/03/2021

Com a pronúncia do réu, não é mais possível alegar o constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução. Com base na Súmula 21 da corte, a 6ª Turma do



Superior Tribunal de Justiça negou Habeas Corpus de um acusado de homicídio. A decisão é de 23 de fevereiro.

STF

➤ [STF: 1ª Turma mantém condenação de réu por morte de vereadora em Aguiar \(PB\)](#)

Publicação em 03/02/2021

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve decisão do Tribunal do Júri que condenou José Alberto Leite Ramalho a 18 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pelo assassinato de uma vereadora do Município de Aguiar (PB), motivado por disputa política. A decisão, unânime, foi no Habeas Corpus (HC 140661), julgado nesta terça-feira (2), na primeira sessão da Turma em 2021.

➤ [STF: Ministro nega HC de advogado acusado de triplo homicídio em São Gonçalo](#)

Publicação em 11/02/2021

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento ao Habeas Corpus (HC) 195452, impetrado pela defesa de Michel Salim Saud, advogado acusado de ser o mandante do assassinato de três pessoas em São Gonçalo (RJ) em agosto de 2013. Segundo o relator, não há nenhuma ilegalidade que justifique a atuação do STF antes de esgotada a jurisdição do STJ.

➤ [2ª Turma do STF restabelece absolvição de réus com base em quesito genérico](#)

Publicação em 24/02/2021

Por maioria dos votos, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, na sessão desta terça-feira (23/2), rejeitou agravos do Ministério Público Federal contra decisões do relator, ministro Ricardo Lewandowski, que restabeleceram duas sentenças proferidas pelo Tribunal do Júri da Comarca de Marília (SP) em que os réus foram absolvidos do crime de tentativa



de homicídio qualificado com base em quesito genérico de absolvição, em sentido contrário às provas dos autos.

Vale lembrar que a matéria teve repercussão geral reconhecida (Tema 1087) e, portanto, será analisada pelo Plenário da Corte.

Notícia relacionada: 2ª Turma decide que novo julgamento ofende soberania de veredicto

➤ **STF: Segunda Turma confirma decisão que permite progressão antecipada da pena em razão da pandemia**

Publicação em 25/02/2021

Por unanimidade de votos, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) referendou a liminar concedida pelo ministro Edson Fachin em que determinou a magistrados do país que reavaliem a situação de detentos do regime semiaberto e verifiquem os que podem ser beneficiados pela Recomendação 62/2020, editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de reduzir os riscos epidemiológicos e a disseminação da Covid-19 nas prisões, enquanto durar a pandemia. A confirmação da decisão monocrática ocorreu na sessão virtual do colegiado finalizada em 23/2.

➤ **STF: Liminar impede uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio**

Publicação em 01/03/2021

A decisão do ministro Dias Toffoli, que entende que a tese é inconstitucional, será submetida a referendo do Plenário.

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu parcialmente medida cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 779 para firmar o entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por



contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero. A ação foi ajuizada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

CNMP: SUBMISSÃO DE ARTIGOS PARA LIVRO SOBRE O TRIBUNAL DO JÚRI

Na edição desta sexta-feira, 19 de fevereiro, do Diário Eletrônico do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), foi publicado o Edital UNCMP nº 1/2021, que divulga a abertura de prazo para submissão de artigos a serem publicados no livro **"Tribunal do Júri: A Arte de Acusar"**.

O objetivo do livro será divulgar artigos jurídicos que abordem temáticas correlacionadas à defesa da vida no Tribunal do Júri. Dois dos articulistas apresentarão seus trabalhos no V Encontro Nacional do Ministério Público no Tribunal do Júri, que ocorrerá nos dias 16 e 17 de setembro de 2021. A escolha desses articulistas será efetivada pela Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público (UNCMP). **Mais informações:** [acesse aqui](#).

SENADO: Projeto estabelece participação de intérprete de Libras no Tribunal do Júri

O Senado pode apreciar projeto de lei que estabelece a participação de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas sessões do tribunal do júri (PL 23/2021). De autoria do senador Romário (Podemos-RJ), a proposta altera os artigos 436 e 474 do Decreto-Lei 3.689, de 1941 (Código de Processo Penal). Na justificativa do projeto, Romário explica que a proposta busca garantir que o tribunal tenha intérprete em Libras para que um cidadão surdo possa entender a comunicação durante o processo em que for réu, assim como se um surdo for selecionado para jurado no conselho de sentença. Para o senador, é preciso regulamentar a participação cívica dos surdos como jurados.



“A condição de pessoa com deficiência não será jamais justificativa para excluí-la do dever cívico de funcionar como jurado, sendo papel do poder público proporcionar as condições indispensáveis para tanto”, argumenta Romário.

[Acompanhe aqui.](#)

ARTIGOS

- [Em defesa do Júri](#)
- [O jurado quebrou o compromisso. E agora?](#)
- [A soberania do Tribunal do Júri e o feminicídio](#)
- [Feminicídio e soberania do júri popular em pauta no STF](#)
- [É papel do STF vetar tese de legítima defesa da honra em tribunal do júri?](#)
- [Tribunal do Júri: a legítima defesa da honra e a decisão do ministro Dias Toffoli](#)

[Mais artigos no Portal CAO-Júri.](#)

DOCUMENTOS

- Toffoli sobre Tribunal do Júri: Durante a sessão de julgamentos do plenário no dia 03 de fevereiro, Dias Toffoli externou opinião quanto ao trabalho do Tribunal do Júri. [Assista aqui.](#)
- CNMP: Conselheiro apresenta proposta que institui o Banco Nacional de Monitoramento dos Crimes Violentos Letais Intencionais. [Acesse aqui.](#)
- Júri e Direito: [Clique aqui](#) e acesse o vídeo do promotor de justiça em Minas Gerais, Vinícius Alcântara Galvão.

➤ [TJMT lança campanha e mobiliza sociedade contra violência doméstica](#)

Uma vida repleta de dor, medo e angústia é, a cada ano que passa, a realidade de muitas mulheres em todo o Brasil, vítimas de violências sofridas dentro de seu próprio lar, lugar que deveria ser 'onde o amor está', como diz o ditado popular. Em muitos desses casos, essa violência chega ao seu grau maior - o feminicídio, crime praticado contra a mulher em contexto de violência doméstica e familiar ou em decorrência do menosprezo ou discriminação à condição de ela ser mulher.

Uma média de seis mulheres é assassinada todos os meses em Mato Grosso, vítima especificamente de feminicídio, de acordo com dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp). Em 2020, Mato Grosso registrou 65 feminicídios, valor 67% a mais que em 2019, quando foram notificados 39. Para impedir que esses números cresçam ainda mais em 2021, é necessário que a mulher denuncie as agressões sofridas.

Série: Leia [aqui](#) a primeira matéria de uma série chamada 'A vida começa quando a violência termina: quebre o ciclo', a qual irá explorar os vários aspectos e resultados da violência doméstica e familiar. Veja [AQUI](#) o vídeo Labirinto da Violência Doméstica em MT.